

Rethinking Gender in Revolutions and Resistance. Lessons from the Arab World, edited by Maha El Said, Lena Meari, & Nicola Pratt. London: Zed Books, 2015, 262 pp.

Verónica Ferreira

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

«Rethinking Gender in Revolutions and Resistance», editado por Maha El Said, Lena Meari e Nicola Pratt, foi o resultado do *Workshop* homónimo que marcou o fim de um projeto de três anos desenvolvido e financiado pela *British Academy, Centre for the Study of Women and Gender*, Universidade de Warwick, Reino Unido, e *Institute of Women's Studies*, Universidade de Birzeit, Palestina.

O livro recolhe contributos de investigadoras provenientes de universidades do Reino Unido (RU), Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Palestina. Os artigos dividem-se em três partes temáticas. A primeira, «The Malleability of Gender and Sexuality in Revolutions and Resistance», tem como ponto central as identidades e subjetividades de género que emergem em momentos de transição, i.e., a forma como mulheres e homens desafiam, subvertem e conferem novos significados às normas de género existentes com o objetivo de resistir ao autoritarismo e colonialismo.

No primeiro capítulo, «Reconstructing Gender in Post-Revolution Egypt», Shereen Abouelnaga (Universidade do Cairo, Egito) analisa a forma como a confrontação discursiva com as normas de género hegemónicas permite gerar novos processos de transformação dessas normas (p. 52). De acordo com Abouelnaga, ao criarem uma subjetividade feminina «apropriada» – modesta, privada etc. – e combaterem, ao mesmo tempo, as formas de subjetividade subversivas através da violência de género, as forças e instituições políticas egípcias pós-revolução permitiram a denúncia dessa mesma subjetividade como construção forçada (pp. 39-40). A resistência discursiva das mulheres no rescaldo de episódios públicos de violência levou ao processo de subversão da imagem da vítima, substituindo-a pela da guerreira (pp. 49-52).

Lena Meari (Universidade de Birzeit, Palestina), no capítulo «Resignifying 'Sexual' Colonial Power Techniques», explora a forma como os soldados israelitas tentam subjugar as mulheres palestinianas por meio de percepções *pre-conceituosas*

da sua identidade, normas de gênero e sexualidade. Recorrendo a entrevistas a mulheres alvo de tortura em interrogatórios israelitas, a autora mostra-nos como o *sumud* – «steadfastness under interrogation» (p. 60) –, enquanto *praxis* revolucionária, abre possibilidades de conferir novos significados a estas técnicas e transforma as normas de gênero/sexualidade instrumentalizadas por soldados israelitas (e.g. modéstia e honra) em formas de resistência e em novas subjetividades. Ou seja, levam à re-significação das normas de gênero e sexualidade por parte das mulheres e homens palestinos.

A última contribuição, «A Strategic Use of Culture», de Hala G. Sami (Universidade do Cairo), tem como ponto de partida a afirmação das mulheres no espaço público egípcio no período pós-revolução. Num período marcado pelos debates sobre o papel da mulher no espaço público, a autora argumenta que, fazendo uso da intertextualidade cultural nas suas produções artísticas, as mulheres conseguem reclamar o espaço público através da apropriação de uma história nacional feminina egípcia (pp. 101-103).

A segunda parte desenvolve o tema «Body and Resistance». O corpo é aqui estudado como ferramenta nas estratégias de resistência empregues pelas mulheres na criação de novas formas hegemônicas de comportamento corporal. Por meio destas estratégias, subvertem a ideia do corpo como espaço de controlo durante as transformações sociais e políticas desde o fim de 2010.

O texto «She Resists» de Maha El Said (Universidade do Cairo) tem como âmbito de análise as estratégias de resistência de Aliaa Magda Elmahdy, conhecida como a *blogger* nudista, e Sama El-Masry, a dançarina do ventre *youtuber*, no período pós-revolução egípcia. No entanto, de acordo com a autora, as diferentes reações às suas formas de luta devem-se à conjugação, ou não, de elementos culturais na utilização instrumental do corpo. Para a autora «[...] effective agency has to be in accordance with national and cultural identity» (p. 129). Se, por um lado, Elmahdy faz uso do corpo nu como forma de luta ao estilo *Femen*, abalando o quadro conceptual e normativo tradicional e levando a uma associação à subjetividade ocidental; por outro, El-Masry, apesar de não se associar à agenda feminista, é encarada como a encarnação da agência subalterna que nasce da cultura popular contra a hegemonia de uma elite de políticos e religiosos (p. 129). Ao fazer uso de elementos culturais nas suas performances é bem recebida pelos revolucionários egípcios.

No capítulo «Framing the Female Body», Abeer Al-Naijar e Anoud Abusallim (Universidade Americana de Sharjah, EAU) refletem sobre as formas como os *media* nacionais recebem as estratégias de luta de Elmahdy e da tunisina Amina Sboui, ao usarem os corpos «[...] to make political statements, in defiance of the authorities but also patriarchy» (p. 150). A condenação, através do questionamento patológico e moralista do seu comportamento, segundo as autoras, «[...] was a product of the non-conventional combination of the message and the medium, in that political and social messages were communicated through uncovering the human body» (p. 151).

O tema é encerrado por «Women's Bodies in Post-Revolution Libya» de Sahar Mediha Alnaas e Nicola Pratt (Universidade de Exeter e Universidade de Warwick, respetivamente, RU), onde se relaciona o processo de transição política da Líbia com a afirmação de um projeto islâmico nacional, no qual os corpos das mulheres são a marca mais visível na distinção entre o passado e o presente a construir. Para compreender as formas de resistência que as mulheres adotaram na Líbia é necessário mover o foco da análise para além das instituições formais e explorar as suas ações quotidianas.

Por último, «Gender and the Construction of the Secular/Islamic Binary» traz-nos artigos que desconstroem o paradigma binário que opõe secular/moderno/progressivo ao religioso/pré-moderno/tradicional. Ao ler a última parte do livro, compreendemos como as análises europeias e anglo-saxónicas observaram os períodos de sublevação económica e social de forma descontextualizada (p. 20), baseando-se num quadro conceptual orientalista. O resultado deste referencial binário levou à interligação entre os movimentos das mulheres e o discurso de modernização nacional dos regimes, dificultando a sua independência em relação aos regimes e levando à escolha, por parte das mulheres muçulmanas de esquerda, entre discursos seculares coloniais e discursos islâmicos locais (*idem*).

Omaina Abou-Bakr (Universidade do Cairo), no capítulo «Islamic Feminism and the Equivocation of Political Engagement», analisa a complexidade desta relação ao criticar o feminismo estatal/secular pela sua associação ao regime corrupto de Mubarak. Associação que se repetiu com a deposição de Morsi e subida ao poder do General El-Sisi (pp. 181-204). Na Tunísia, Aitemad Muhanna (London School of Economics, RU) chama a atenção, no capítulo «Islamic and Secular Women's Activism and Discourses in Post-Uprising Tunisia», para a partilha de objetivos comuns – acesso à educação, emprego, participação política e violência contra as mulheres (p. 23; pp. 222-227) –, bem como a aprendizagem mútua através da troca de experiências entre autodenominadas ativistas seculares e islâmicas.

Num período em que se abordam questões relativas à autonomia e subjetividade das mulheres, identificadas genericamente como muçulmanas, contributos como o destas investigadoras são de grande importância, na medida em que se esforçam por analisar e compreender as continuidades e ruturas nos papéis, normas e relações de género resultantes dos momentos de sublevação política, a partir das experiências da Primavera Árabe, segundo uma perspetiva crítica feminista.

Pretendem captar a constituição complexa das subjetividades e agências femininas face a estruturas de poder múltiplas e cruzadas, dentro de um contexto de apropriação e instrumentalização do corpo feminino como marcador entre o passado e o presente por forças seculares e islamitas nos processos de mudança ou transição sociopolítica pós-revolução. Os seus corpos são simultaneamente territórios de luta e ferramentas de resistência.

Porém, o livro falha pela falta de análise das condicionantes de classe. Ao analisarem os casos de estudo não têm em consideração formas de resistência de mulheres pobres e/ou de zonas rurais. Paralelamente, não é questionado o con-

ceito de género, nem é pensado em profundidade o conceito de masculinidade ou tida em consideração a questão da orientação sexual como identidade articulada. O foco é exclusivamente nas ações das mulheres e movimentos com mais visibilidade pública, sendo eles das elites, da classe média ou habitantes das zonas urbanas/capitais. Esta falha é tida em conta pelas editoras ao afirmarem, no capítulo final referente à conclusão, «we should ask whether the politics of resignification and subversion of gender norms [...] operate to accommodate neo-liberal politics and to marginalize socio-economic concerns of poverty, employment, housing and education or to ignore the plight of non-nationals, including [...] millions of refugees [...]» (p. 239).

Da mesma forma, seria interessante explorar a participação feminina na guerra civil e as estratégias de luta e resistência que as mulheres assumiram durante o período de protesto e resistência ao regime de Bashar Al-Assad na Síria, i. e., a subversão dos papéis, normas e relações de género socialmente aceites. Este caso acabou por ficar fora do espoco do livro.

Não obstante, o livro contribui para melhorar a nossa compreensão da articulação entre género, cultura, nação e contexto pós-colonial enquanto formadores das experiências das mulheres, em especial em conjunturas de sublevação e transição sociopolítica, movendo a análise essencialista da identidade para as práticas polimorfas de significação (Butler, 1999, pp. 183-84 *apud* p. 236).

***Introdução às Teorias Feministas do Direito*, de Rita Mota Sousa. Porto: Edições Afrontamento, 2015, 96 pp.**

Madalena Duarte

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

Introdução às Teorias Feministas do Direito, de autoria de Rita Mota Sousa, é uma obra que promove uma importante reflexão sobre as principais linhas do que no mundo anglo-saxónico se celebrizou como *Feminist Jurisprudence*. A preocupação com o tratamento jurídico e judiciário das mulheres assumiu contornos mais visíveis no meio judiciário e académico no início da década de 1970, nos EUA, com os contributos de um conjunto de académicas em jornais, revistas científicas, revistas jurídicas, colóquios, etc., que demonstraram que a produção masculina do conhecimento – através do direito, da ciência ou da cultura – criou hierarquias que consignaram as mulheres para a inferioridade e exclusão. A crítica feminista nestas arenas evidenciou a necessidade de contestar estes conhecimentos nos moldes tradicionais. Era, assim, lançada uma corrente de pensamento sobre o Direito